

O PROBLEMA DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL NO BRASIL¹

Alberto Guerreiro RAMOS²

RESUMO: o presente artigo reporta-se ao estudo do nascimento da escola de formação profissional no Brasil, face à criação da indústria nacional. O setor industrial surgiu de forma tradicional, sem passar pelas etapas de caráter tecnológico, institucional e da cultura de trabalho. Com isso, o ensino profissional surge através da pressão social para impulsionar o desenvolvimento econômico, sem distanciar-se de seu passado agrário e escravocrata, sem tradição artesanal.

PALAVRAS-CHAVE: História do ensino profissional. Desenvolvimento industrial. Educação profissional no Brasil.

ABSTRACT: *The present article refers to the study of the birth of the school of professional formation in Brazil, regarding the creation of the national industry. The industrial sector appeared in its traditional form, without going through the stages of technological character, institutional character and of the work culture. Yet, professional education appears through the social pressure to stimulate the economic development, without disaffecting its agrarian past and without artisan tradition.*

KEYWORDS: *History of professional education. Industrial development. Professional education in Brazil.*

Se examinar acuradamente a evolução econômica dos países europeus, verificar-se-á, que, neles, a industrialização se iniciou por transformações lentas, à maneira de um processo de crescimento orgânico. Os países europeus atingiram a etapa industrial por força de mudanças internas de suas estruturas econômicas e sociais. Quando se formou a consciência do processo de industrialização, já ele estava

¹ A primeira publicação deste artigo data de 1953 na Revista Estudos Econômicos, realizada pela Confederação Nacional da Indústria. Esta versão apresentava também co-autores: Evaldo da Silva Garcia e Geraldo Bastos Silva

² Sociólogo brasileiro nasceu em 1915 em Santo Amaro da Purificação (BA), e morreu em Los Angeles em 1982. Dentre suas contribuições para a sociologia podemos citar *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* de 1957 e, *Redução Sociológica - Introdução ao Estudo da Razão Sociológica* de 1965.

deflagrado, já se constituía numa tendência histórica inelutável. A indústria é um fenômeno tipicamente de origem européia, visto que resulta de alterações internas da sociedade européia. Não se registrou, nos países do Velho Continente, por um propósito deliberado de quem quer que fosse. A consciência que se formou, sob a modalidade de ciência econômica e ciência sociológica, é posterior ao fato mesmo da industrialização. O aparecimento destas ciências responde, aliás, ao imperativo de configurar deliberadamente o desenvolvimento industrial que vinha transcorrendo mais ou menos indisciplinadamente.

Ocorrências sub-reptícias e inicialmente isoladas se encontram na gênese da industrialização. A transformação das relações de produção, a reforma religiosa, a concepção secular da sociedade e da natureza como realidades sujeitas a leis manipuláveis pelo homem, a descoberta de novas regiões do planeta, as invenções mecânicas foram, entre outros, fermentos decisivos da industrialização. Todos estes fatos sucederam aparentemente isolados, e, num certo momento da história dos povos da Europa, os seus efeitos se encadeiam produzindo a chamada "revolução industrial", a qual foi individual e privadamente deflagrada e configurada como um resultado típico da evolução histórica.

Outro, porém, é o esquema da formação econômica e social no Brasil e dos países latino-americanos. As circunstâncias que presidiram à formação desses países não lhes permitiram realizar o desenvolvimento econômico através de transformações lentas ou, por assim dizer, vegetativas. Eles surgiram atrasados na conjuntura internacional e tiveram de vencer esse atraso pela aceleração do seu progresso.

Este fato, isto é, a antecipação deliberada de fases de crescimento nacional é a chave da compreensão dos problemas do Brasil e dos países latino-americanos.

As nossas instituições industriais foram transplantadas para o nosso país em suas formas terminais ou acabadas. Não se desenvolveram de modo tradicional, no sentido de que tenham passado por todas as suas etapas orgânicas. Foram fundadas ou estabelecidas em ambientes em que não se encontravam os seus antecedentes ou pressupostos materiais e espirituais ou, no dizer de um estudioso, os seus fatores genéticos: certos hábitos e disposições espirituais, sob a forma de costumes popularizados, como o espírito de iniciativa, e adequados recursos naturais e de caráter institucional, tecnológico e demográfico.

É a escassez desses fatores em nosso meio que tem limitado o processo de industrialização do Brasil.

A consciência disto põe, aliás, a geração atual de dirigentes em posição vantajosa em relação à dos que antecederam, pois, na prática das transplantações, estes últimos procediam como se a sociedade fosse constituída de elementos plásticos, sujeitos a uma ilimitada manipulação do homem; como se tais elementos não se encontrassem historicamente relacionados; como se não constituíssem uma estrutura de partes interdependentes.

Nos dias atuais, sabe-se que os países subdesenvolvidos não podem furtar-se à prática das transplantações, mas, por outro lado, começa-se a

perceber que a industrialização é um empreendimento não apenas econômico, mas também antropológico e sociológico.

A industrialização, à luz desta consciência, afigura-se a uma estratégia que exige do reformador ou do governante a capacidade de agir sobre o ambiente segundo as suas linhas de menor resistência, tendo em vista que se trata de um sistema interdependente de forças.

A concepção da sociedade como sistema ou estrutura explica de modo cabal por que as instituições transplantadas não reproduzem espontaneamente no meio receptor os mesmos resultados que promovem no ambiente onde surgiram. Esta concepção corrige o idealismo que tem inspirado as nossas reformas, idealismo que postula a fé ingênua no poder imanente das instituições de produzir efeitos, independentemente dos contextos históricos em que se encastam.

O estudo da evolução e dos problemas do SENAI confirma, de um lado, esses pressupostos e, de outro lado os recentes resultados da tecnologia antropológica e sociológica de transplantação de instituições industriais, segundo a qual se torna possível adotar, com proveito coletivo, elaborações exógenas, desde que se obedeça a certas leis que regem a vida das sociedades.

Seria desesperador o futuro dos países subdesenvolvidos se negasse a possibilidade de acelerar o seu progresso econômico e social, utilizando-se a experiência alienígena. Isto corresponderia a condenar tais países a um desenvolvimento vegetativo ou a uma permanente condição colonial ou de atraso. Ao contrário disto, na atual conjuntura histórica de estreita interdependência das nações, só a aceleração do desenvolvimento das mais atrasadas possibilitará vencer a distância histórica entre umas e outras.

Esta aceleração, todavia, não poderá ser procedida empiricamente, como até então, mas utilizando os recursos da técnica sociológica e antropológica, aptos a dar plena eficiência às reformas sociais.

O SENAI apresenta as características do que se pode chamar, com intuítos sociológicos, de fundação, isto é, trata-se de uma instituição manufaturada e instalada, entre nós, pela iniciativa ao mesmo tempo governamental e privada, e não de um produto do desenvolvimento orgânico do país.

As escolas profissionais dos países clássicos da industrialização tiveram atrás de si a tradição da aprendizagem corporativa. Foram precedidas por uma longa experiência artesanal, confirmando, assim, a lei genérica do processo de formação da escola, lei segundo a qual a escola ou o ensino formalizado é sempre precedido de uma etapa em que a experiência dos grupos é transmitida de maneira difusa e não formal.

Certamente, a indústria apresenta, em relação ao artesanato, profundas diferenças, não apenas de massa, como de qualidade. É um fenômeno inteiramente novo, que surge do desenvolvimento das manufaturas, graças aos sucessivos inventos mecânicos e à utilização crescente da máquina a vapor e, depois, da eletricidade e dos motores de combustão, na atividade produtiva, já agora caracterizada pela fabricação em série por processos mecânicos.

A produção industrial sufocou o artesanato. Eliminou-o em quase toda parte, somente lhe deixando escassa margem de sobrevivência em pequenos setores de produção mais especializada e de mais reduzido consumo (ourivesaria, fabricação de pequenos objetos de fino labor, etc.).

Nos países europeus, de modo geral, a transição constitui um período de grave crise, caracterizado por sérias agitações sociais.

Do ponto de vista da mão-de-obra, já que o surto industrial se tornava avassalador e inelutável, tornava-se urgente formar o operariado industrial. Este se constituiu, em parte, de artesãos ou descendentes de artesãos, e em outra parte, dos habitantes das áreas rurais que passaram a afluir em massa para as cidades. Os primeiros vieram a constituir, de certo modo, uma elite do operariado, ocupando-se das funções de maior qualificação nas fábricas; os últimos, ex-campônios, vinham formar a grande legião dos trabalhadores não-qualificados.

A fase de transição não podia deixar de afetar substancialmente o sistema da aprendizagem profissional. Já não se tratava aqui, essencialmente, de formar artesãos, mas de preparar trabalhadores para operar com máquinas.

A superação dessa fase de transição deveria envolver a solução de dois problemas: o da constituição de sistemas de ensino profissional e o da aprendizagem dos menores empregados.

Na solução do problema do ensino profissional refletem-se tanto as características estruturais do sistema social, às quais já se pautavam as linhas mestras da organização do sistema escolar total, quanto a tradição de trabalho e hábitos profissionais, que já tinham tido sua primeira expressão na organização corporativa. As características estruturais do sistema social configuravam-se, principalmente, pela divisão social em classes, acentuadamente estável, através da qual se realizava a transmissão de geração a geração da posição de classe, por intermédio da família.

Em pleno século XIX, nos países europeus, a divisão social em classes refletia-se no fato de que a escola primária e a escola secundária não apenas constituíam graus sucessivos de instituições educacionais: eram os núcleos, em larga medida justapostos, de duas organizações paralelas, diferenciadas na base do nível social das respectivas clientelas e do objetivo social a que obedecia a preparação educacional destas.

A escola primária – com um curso de seis ou mais anos, concluído, portanto, já em plena fase adolescente e quando, para a grande parte dos alunos, deveria ter início a vida economicamente ativa – era a escola comum, destinada às camadas populares, tendo o objetivo de equipar os imaturos dessas camadas com as indispensáveis habilidades instrumentais da leitura e do cálculo e com os hábitos que os tornassem trabalhadores eficientes e membros úteis da sociedade política. Nenhuma articulação havia entre ela e a escola secundária, a qual, herdeira da tradição educacional humanista, era de feição nitidamente seletiva, destinando-se aos imaturos das classes sociais superiores – recrutados desde o nível elementar, através de classes preparatórias especiais, -, a fim de habilitá-los, com exclusividade, aos estudos de grau superior.

Como, ao lado dos objetivos de educar as grandes massas trabalhadoras e os líderes e especialistas de nível superior, as exigências crescentes do desenvolvimento industrial e comercial impunham a necessidade de formar, também, os ocupantes para as funções de maior qualificação nas empresas, desenvolvem-se, em articulação com o ensino primário, e guardando a mesma limitação de objetivos deste, instituições de nível médio de cunho mais ou menos utilitário, profissional, e por isto nitidamente diferentes das instituições de tipo secundário.

Nessas instituições matriculava-se um número reduzido de alunos provenientes das escolas primárias, aos quais a necessidade econômica não pressionava de modo imediato, no sentido de ingresso nas atividades de produção. Tal ensino profissional médio, diferenciado de modo bem nítido do ensino secundário geral e articulado intimamente com o ensino primário, consubstanciava o propósito de absorver a educação no processo de treinamento industrial, como dizem Kähler e Hamburger (1948). E esse intento não só se coadunava com a divisão social em classes, como também era reforçado pela tradição de aprendizagem corporativa e artesanal.

As mudanças de forma que a preparação profissional recebia, para acomodar-se às exigências tecnológicas da indústria fabril, não eliminavam sua continuidade substancial, resultante da longa tradição artesanal.

Paralelamente ao processo de formação dos sistemas de ensino técnico-profissional, permanece o problema da preparação profissional do menor empregado.

Na fase inicial do desenvolvimento da indústria, a utilização do menor como trabalhador é uma contingência muito mais imperiosa do que nos estádios mais avançados desse desenvolvimento.

Assegurar que essa utilização de menor satisfaça às necessidades futuras de mão-de-obra que o contínuo progresso industrial determina, e, ao mesmo tempo, que sejam respeitados os direitos desses menores e garantidas aos mesmos, condições satisfatórias de desenvolvimento de sua personalidade, é problema da aprendizagem profissional.

O modo por que tal problema é encarado é função, em cada país, das peculiaridades do seu sistema industrial, assim como de fatores outros, de ordem social e ideológica.

Na França, um dos principais aspectos de conflito da organização corporativa com a nova indústria foi o da extinção dos entraves que aquela organização constituía para o livre recrutamento da mão de obra.

O liberalismo econômico fornecia a armadura ideológica para as reivindicações da indústria nesse sentido. A interferência do Estado na aprendizagem de menores tinha que se restringir a um mínimo, a fim de não infringir a liberdade de contrato que deveria existir entre empregador e empregado.

Por isso, na França, durante todo o século XIX, a ação do Estado é fraca e inoperante no sentido de organizar a aprendizagem industrial.

No século atual, se a criação do imposto de aprendizagem, em 1925, lançou as bases da solução do problema, impondo aos

empregadores uma atenção mais cuidadosa ao mesmo, o espírito do liberalismo está ainda muito forte, contudo, e determina a frustração dos efeitos esperados da instituição do contrato escrito de aprendizagem, em 1928.

A França, portanto, cortou de modo muito radical a continuidade da tradição de aprendizagem artesanal, e isto dificultou a solução do problema do preparo profissional do menor empregado, pelo menos até 1937, quando a lei Walter e Paulin determinou que nas empresas artesanais e aprendizagem fosse completada por cursos profissionais.

Na Alemanha, onde não se verificou essa interrupção brusca entre a tradição de aprendizagem pré-industrial e o preparo profissional do menor empregado na indústria moderna, o problema teve solução menos difícil.

Kähler e Hamburger (1948) apontam como fator importante do grande desenvolvimento da aprendizagem industrial na Alemanha o papel desempenhado pelas pequenas empresas, as quais foram sempre a coluna vertebral do treinamento de aprendizes e continuaram a florescer conjuntamente com o desenvolvimento das indústrias. Desfrutando de certas prerrogativas legais que podem ser remontadas ao tempo das corporações medievais, as pequenas empresas mantiveram uma posição líder no treinamento de aprendizes, e, neste campo, era-lhes atribuída uma categoria semi-pública.

Ao lado disso, constituíam em fatores convergentes certas peculiaridades da grande indústria alemã, a qual se desenvolveu lentamente a partir das velhas técnicas e continuou a exigir uma grande percentagem de operários altamente qualificados, e, por isso, empreendeu o treinamento de aprendizes (KÄHLER; HAMBURGER, 1948).

O exemplo desses dois países, tanto quanto o do ensino profissional em geral, em toda a Europa, autorizam-nos a dizer que, na medida em que a tradição artesanal antiga foi mantida, ficou facilitada a solução do problema do preparo profissional do trabalhador industrial moderno.

As escolas profissionais, nos países europeus, surgiram como um produto longamente amadurecido da evolução econômica e social, como uma cristalização de funções antes difusas nos vários setores da vida social. Verifica-se, assim, naqueles países, que as escolas profissionais são solidárias das outras instituições, são âmbitos em que transmitem modos de dar e de fazer, destrezas que, fora do círculo escolar, correspondem a costumes, a uma tradição viva de toda a comunidade. A escola profissional surge, aí, exatamente por força de uma pressão social, isto é, pelo fato de ter-se tornado insuficiente ou antiquada a corporação, em face do desenvolvimento industrial.

Em nossa formação econômica e social, o artesanato não teve a mesma significação nem preencheu o mesmo papel que nos países europeus. Confirma a assertiva o fato de que nosso artesanato jamais foi além de uma forma incipiente, não constituindo efetivamente nada que se assemelhasse à organização corporativa. Pode dizer-se que nosso país atravessou seus estágios formativos sob o signo do anti-artesanato, que é o trabalho escravo.

Em nosso passado escravocrata, não só a mão de obra servil e o caráter peculiar da atividade econômica predominante – a agrícola -, que era definido pelas extensas unidades de produção, funcionando como unidades em grandes medidas autárquicas, de organização social e econômica, sufocavam o desenvolvimento do trabalho artesanal livre, como se formou, concomitantemente, uma tradição social que conferia ao trabalho manual a avaliação coletiva mais baixa, por isso que atribuída aos que estavam colocados nos degraus inferiores da estratificação social.

Ainda que desaparecidas há muito as condições objetivas determinantes dessa tradição, não se pode dizer que ela já se tenha extirpado completamente dos refolhos de nosso inconsciente coletivo.

O passado agrário e escravocrata, e não uma verdadeira tradição artesanal, constitui, portanto, o mais remoto pressuposto de nosso ensino profissional em todas as suas modalidades.

O pressuposto imediato, sem dúvida, em contraposição ao primeiro, pelo seu sentido positivo, é o desenvolvimento industrial. Ele se inicia na época em que se registra ainda o trabalho escravo, e, após a extinção deste, prossegue impulsionado por circunstâncias várias, que pouco a pouco foram estimulando a formação de uma economia nacional, em oposição à economia colonial preexistente.

Mas, tendo-se em vista o que se afirmou sobre o processo de nossa industrialização, e para que não se coloque em termos simplistas o problema de nosso ensino industrial, pois a isso equivaleria pensar que da industrialização resulte diretamente o ensino industrial, como uma relação unilinear de causa e efeito, sem a devida atenção a todo o conjunto de fatores, à situação estrutural, convém examinar algumas características gerais de nossas instituições escolares, a que não poderiam ser indenizadas o próprio ensino profissional e o sistema organizado de aprendizagem industrial.

Nossas instituições escolares participam da mesma inspiração idealista, do mesmo caráter de transplantação que se verifica em outros setores institucionais. Se não se tem em geral consciência disso, o fato é ainda mais digno de exame, pois a educação só adquire eficácia quando respaldada numa experiência prévia da comunidade, donde decorre que, como diz Ortega y Gasset, o que a escola vale resulta menos de sua organização pedagógica do que do "ar público" ou das virtudes ambientes e gerais do meio que nela se refletem.

As instituições escolares são, por isso, intransferíveis, pois constituem uma porção da totalidade nacional onde aparecem, a qual é uma realidade íntegra, como diz ainda Ortega.

Ao se transplantarem as instituições educativas, não se pode transplantar com as mesmas a tradição comunitária, a herança docente do grupo de que se originam. Daí resulta que essas instituições perdem, no grupo receptor, toda ou quase toda eficácia, ou são reinterpretadas e deformadas, isto é, passam a exercer funções compatíveis com a estrutura social e econômica onde são instaladas.

Por exemplo, a universidade, no Brasil, realiza um papel que não tem perfeito correlato com o correspondente aos países de onde a

imitamos. Discute-se freqüentemente a questão de saber o que deveria ser nosso ensino superior, a fim de que se equiparasse ao tipo e nível das universidades européias. Na verdade, ele se iniciou fora do padrão universitário, o qual implica o funcionamento das instituições de terceiro grau como um conjunto orgânico de centros ao mesmo tempo de pesquisa e de formação de líderes do pensamento e das atividades sociais. Nossas escolas superiores surgiram isoladamente, e assim permaneceram significativamente durante muito tempo, a fim de realizarem, dentro de moldes restritos e utilitários, uma preparação profissional concebida como pura aquisição de conhecimento sistematizado de aplicação imediata. Mesmo depois da reunião dessas escolas em universidades, que o são mais no nome, a função do professor é apresentar tal conhecimento, e a dos alunos demonstrarem verbalmente que os adquiriram na mesma forma em que foram apresentados. Como não se submete, em geral o conhecimento a uma organização funcional à qual sejam integradas constantemente novas aquisições resultantes da preocupação principal, que seria a de ampliar o conhecimento pela pesquisa, a nossa universidade, tanto no que se refere aos professores quanto aos alunos é, em grande escala, um centro de simulação cultural, muito mais um mecanismo de aquisição de "status" ou de categoria social do que de efetiva preparação de profissionais. As cátedras do ensino superior são conquistadas pelo seu valor como cargos públicos ou insígnias, antes que como oportunidades para o exercício de um trabalho científico puro. Por outro lado, para os discentes, a universidade funciona preponderantemente como um rito de transição, um processo de aquisição de insígnias, um instrumento de mudança de classe.

Coisa semelhante ocorre com respeito à escola secundária. Também ela funciona menos como uma agência destinada a introduzir os educandos no conhecimento das humanidades, a dar-lhes certas destrezas intelectuais, do que como um instrumento de confirmação de posições conquistadas ou de capilaridade para os indivíduos das classes menos favorecidos. O que lhe pedem os seus clientes não é propriamente um saber, um estilo mental, mas uma aparência vernácula que lhes possibilitem melhores lugares na estrutura social.

A partir da década de 30, a grande expansão quantitativa do ensino secundário, correlacionado com fenômenos de aumento da riqueza e de concentração urbana, correspondeu a uma ampliação do papel desse ensino, o qual passou a desempenhar funções antes de distribuição da população adolescente que seletivas. Isso, porém, se deu de uma forma que não melhorou a integração funcional da escola secundária às condições reais de nossa organização social. Antes a expôs mais ainda às influências negativas dessa organização, levando a uma inconteste redução dos seus padrões qualitativos. Nossos ginásios têm um nível didático apenas mais elevado do que o que deveria ser o do ensino primário, além de apresentarem muitos dos sintomas de desajustamento às nossas condições sócio-culturais que o próprio ensino primário exhibe e que se exprimem numa alta taxa de evasão escolar.

Todos os países de formação histórica semelhante à do Brasil, ou todos os países que, como o nosso, praticaram extensamente as transplantações culturais, apresentam idênticos problemas. Por exemplo, em todos, a universidade e a escola secundária sofreram desfigurações e reinterpretações. Em todos eles, verificam-se altas taxas de evasão na escola primária, o que quer dizer, um fraco rendimento social do ensino desse grau.

Pode-se admitir como verdadeira lei, a assertiva de Émile Durkheim, segundo a qual cada sociedade, considerada em um momento determinado do seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível.

Todavia, os países subdesenvolvidos, pela pressão da conjuntura universal de que participam, não podem esperar que os seus sistemas escolares se formem e se transformem pelo mero transcurso da evolução. As elites desses países percebem, com acerto, que lhes cabe o papel protagonístico de provocar e administrar a mudança social, e esta depende, em boa parte, das instituições educacionais.

Foi esta a metodologia que empregaram o Japão e a União Soviética, principalmente no seu programa de industrialização.

Mas se a escola é muito avançada em face da realidade social, e não de dispõe, ao implantá-la, de instrumentos coercitivos poderosos, ela fica numa espécie de suspensão coloidal no meio que a circunda. Cabe aos reformadores perceber o grau de aceleração que a sociedade suporta e dotar a escola apenas do impulso que este grau indica. Nisto estaria toda a arte das transplantações.

O limiar da história de nosso ensino profissional é geralmente colocado em época bem anterior ao primeiro surto de industrialização do país, que se verifica nos últimos anos do Império. Trata-se, na verdade, de iniciativas puramente episódicas, e não dos pontos de partida de uma evolução regular.

Menos do que de necessidades objetivas, esses antecedentes históricos do ensino profissional brasileiro, constituídos por iniciativas fragmentárias, oficiais ou de particulares, correspondiam ao sentimento despertado nas elites pela constatação, realizada por efeito do contraste em relação aos países europeus mais desenvolvidos, da ausência de um verdadeiro artesanato.

A criação, em 1909, das escolas de aprendizes artífices, federais, e as iniciativas do mesmo porte e significação, ocorridas por volta desse ano, no Distrito Federal, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, permitem situar em torno daquela data o verdadeiro momento em que se inicia a evolução de nosso ensino técnico-profissional, que se completa pela Lei Orgânica do Ensino Industrial vigente, e pela criação do SENAI, em 1942.

Esta evolução realiza-se, principalmente, graças aos esforços dos governos da União e das Unidades Federadas, no sentido de aperfeiçoar suas escolas profissionais, para situá-las, convenientemente na estrutura do sistema escolar nacional, cujas linhas mestras se vão laboriosamente definindo, e para que tenham uma função útil relativamente a uma indústria, que continuamente cresce.

Quanto à estrutura do sistema escolar, convém referir que a mesma falta de articulação orgânica entre o ensino primário e o secundário, que se assinalou em relação à Europa, reproduz-se entre nós, ainda que sem traduzir de modo tão nítido a rigidez de uma estratificação social longamente sedimentada.

Ao contrário do que sucedia no Velho Mundo, nossa escola primária não tinha, como em grande parte ainda não tem hoje, um tipo de organização interna e raízes efetivas na realidade social circundante que lhe permitissem funcionar como verdadeira agência de socialização de amplas camadas da população infantil das classes populares. Se, de um lado, portanto, em consonância com os acentuados desníveis econômicos de nossas populações, tinha o ensino secundário em âmbito restrito e uma feição seletiva, a escola primária não fornecia uma suficiente base para a constituição de um ensino médio, de tipo não secundário, que proporcionasse uma educação adequada à integração profissional de pelo menos uma parte apreciável da população adolescente das camadas inferiores da estrutura social.

Sem uma apropriada base escolar de nível primário e sem o condicionamento de uma tradição artesanal que lhe inspirasse um autêntico sentido formador, o ensino profissional não poderia senão assumir a forma de uma simples iniciação no trabalho, destinando-se a servir a uma reduzida parcela de adolescentes e pré-adolescentes citadinos, egressos de um curso primário insuficiente ou nulo e que acorrem aos cursos profissionais mais por falta de oportunidade de ocupação imediata do que por aspiração definida ou exigência condicionadora de ingresso em ocupação ativa.

Por outro lado - na única forma compatível com as condições de um país sem passado artesanal e com uma organização escolar cheia de deficiências - esse ensino profissional visava ao mesmo fim que as escolas profissionais européias, ou seja, aliar a educação ao processo de treinamento profissional. Todavia, sua possibilidade de sucesso estava limitada pela referida ausência de tradição artesanal, e, além disso, a rudimentar diferenciação técnica da indústria nacional não fazia aparecer como um problema o fornecimento de mão-de-obra qualificada, a qual se formava mais ou menos casualmente, pela simples participação nas atividades de trabalho.

Será preciso esperar o desenvolvimento industrial do país, a fim de que, em correspondência com o incremento da riqueza nacional e do desenvolvimento urbano, se amplie a rede escolar em conjunto, ao mesmo tempo que se sinta cada vez mais em função do mesmo desenvolvimento o problema do ensino profissional. Até então, este problema é discernido somente pelo círculo restrito dos líderes do pensamento pedagógico do país e de alguns espíritos mais esclarecidos, os quais, por antecipação, percebem o papel que a escola teria de desempenhar se o progresso industrial do país tivesse que ser acelerado.

De fato, a aceleração do desenvolvimento industrial, depois de 1930 e, sobretudo como conseqüência da deflagração da segunda guerra mundial, vem continuamente encurtando a distância dessa antecipação. A

Lei Orgânica do Ensino Industrial, que veio situar o ensino profissional dentro do conjunto articulado da educação nacional, e a criação do SENAI, que veio encarar o problema do ensino profissional diretamente em função do problema da mão-de-obra industrial, representam marcos no processo de sincronização da obra deliberada de educação profissional com as necessidades do desenvolvimento industrial do país.

A ampliação do nosso ensino profissional de grau médio, com as correções que a experiência autorizar, e a manutenção do sistema organizado de aprendizagem industrial colocam-se, hoje, como imperativos das próprias condições objetivas do país, e não mais, apenas, como aspiração entusiástica do idealismo dos que tem dedicado a ambas as tarefas.

Tanto em relação ao conjunto do aparelho de instrução profissional do país, como relativamente ao SENAI, em particular - que se apresenta como uma expressão mais realista daquele intento de fusão dos processos educativos e de treinamento industrial do que a rede de escolas industriais e técnicas - é preciso, porém, insistir na idéia de antecipação.

O SENAI antecipou-se em sua missão e está precipitando um processo que se nos afigura necessário para a superação do atual subdesenvolvimento do país. Ele apressa aquilo que, sem o seu concurso, só muito lentamente ocorreria. Está, porém, arcando com o ônus dessa antecipação, expresso na alta taxa de evasão verificada em suas escolas.

Essas condições objetivas, porém, têm que ser longamente consideradas e analisadas de modo exaustivo, pois se elas impõem a necessidade de um ensino técnico adaptado à continuidade de nosso desenvolvimento industrial, delas fazem parte igualmente os fatores negativos que tornam a tarefa de promoção de nosso progresso educacional, em geral, e, inclusive, da educação técnica e profissional, um empreendimento ciclópico de superação das mesmas condições.

O estudo da evasão de alunos verificada nas escolas mantidas pelo SENAI no Distrito Federal e nas capitais de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul constitui um exemplo desse trabalho de pesquisa e análise das condições objetivas que influem na educação profissional, em nosso país.

As conclusões a que chegou a equipe técnica encarregada desse estudo confirmam o que se disse anteriormente, isto é, que a evasão nos estabelecimentos mantidos pelo SENAI resulta decisivamente do impacto que este sofre da estrutura social e econômica do país, antes que de deficiências internas de caráter pedagógico. Tais deficiências existem e foram flagranciadas pela pesquisa; têm, porém, uma importância de ordem secundária, em face das condições econômicas e sociais que limitam a ação do SENAI.

A evasão, no caso, é um processo social que transcende o âmbito da escola, é uma efetiva manifestação estrutural da sociedade brasileira e tende a manter-se inalterável ou crônica, se, conservando-se o SENAI nos seus moldes atuais, o país não superar a presente fase de subdesenvolvimento em que se encontra; ou se a escola de aprendizagem não tiver plasticidade suficiente para substituir os padrões agora adotados

por outros de categoria inferior, porém mais ao alcance das condições de vida de sua clientela.

De qualquer maneira, os efeitos de medidas de caráter puramente escolar sobre a evasão serão escassas ou os menos decisivos.

A alta evasão nos cursos do SENAI, refletindo o impacto da estrutura econômica e social sobre a escola, só poderá atingir um nível residual pela mudança das partes interdependentes da conjuntura de fatores de que resulta.

Nestas condições, em última instância, o problema da evasão escolar não pode ser resolvido isoladamente, mas apenas mediante a promoção de mudanças simultâneas e articuladas nos vários setores da vida nacional – o que sugere a urgência da formação, no nível das elites dirigentes, de uma consciência das necessidades orgânicas do país.

Estudos como este, além da contribuição que representam para o diagnóstico de um problema particular, podem servir como um instrumento de formação de novos hábitos de pensar entre aqueles que estão em posição de liderança.

A industrialização e, especialmente, a educação profissional, obra de séculos de evolução nos velhos países da Europa, torna-se um problema de política num país como o Brasil, fruto de descobrimento e de colonização.

A formulação cada vez mais precisa e consistente dessa política é um imperativo do progresso do país e, por isso, ela interessa aos dirigentes de negócios tanto governamentais como privados.

Na verdade, o problema da evasão nas escolas do SENAI é um aspecto restrito do subdesenvolvimento geral do Brasil e que exige uma superação através de empreendimentos racionais estribados no conhecimento objetivo dos fatos, o que só se consegue pela pesquisa científica.

O SENAI, patrocinando a presente investigação, inaugurou no Brasil um novo estilo administrativo e poderá, se quiser, iniciar um trabalho de criação de idéias tendentes a dar ao patronato industrial os instrumentos intelectuais de que carece para melhor compreender e atingir os seus objetivos pragmáticos.

REFERÊNCIAS

KÄHLER, A.; HAMBURGER, E. **Education for an Industrial Age**. New York: Cornell University Press, 1948.

GUINOT, J.-P. **Formation professionnelle et travailleurs qualifiés depuis 1789**. Paris: Éditions Domat-Montechrestien, 1946.